ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf JOÃO PAULO DINIZ **GUERRA**

100 anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira.

Rio de Janeiro
2019

Maj Inf JOÃO PAULO DINIZ **GUERRA**

100 anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em História Militar.

Orientador: Ten Cel Art PEDRO IVO DE ALMEIDA SILVA

Rio de Janeiro

2019

G934c Guerra, João Paulo Diniz

100 anos da missão militar francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira. / João Paulo Diniz Guerra. – 2019.
45 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Pedro Ivo de Almeida Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. 46-47.

1. MISSÃO MILITAR FRANCESA. 2. EVOLUÇÃO. 3. DOUTRINA MILITAR. I. Título.

CDD 266.02344

Maj Inf JOÃO PAULO DINIZ **GUERRA**

100 anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em História Militar.

Aprovado em 22 de novembro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
Pedro Ivo de Almeida Silva - TC Art - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
Sandro Silva Ruiz - TC Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
Carlos Eduardo Demetrio dos Santos - TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e aos meus filhos pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, TC Pedro Ivo, pela orientação precisa e, principalmente, pela confiança e camaradagem que dispensou a mim em todas as orientações para a conclusão deste trabalho monográfico.

“O método francês abriu definitivamente à inteligência dos nossos oficiais uma concepção realista” General Leitão de Carvalho.

RESUMO

A Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil (MMF) foi contratada no dia 08 de setembro de 1919 para orientar, a partir de 1920, a modernização do Exército Brasileiro (EB). Permaneceu por 20 (vinte) anos com a finalidade de reorganizar as escolas militares e de profissionalizar o próprio Exército.

Muito mais do que isso, a MMF atuou diretamente na Doutrina Militar Terrestre, com reflexos até os dias atuais. Muitos de seus ensinamentos ainda são aplicáveis no atual processo de transformação do Exército Brasileiro.

O presente estudo buscou verificar se o método cartesiano, o qual continua sendo estudado e aplicado nas escolas do Exército Brasileiro, foi inserido pela MMF, bem como os fatores de decisão missão, inimigo, terreno e meios. Desde 1920, sob a direção e supervisão de oficiais franceses, houve uma mudança na educação e administração militar do Exército, repercutindo nos exercícios de campanha, organização e uso de equipamentos de guerra.

Palavras-chave: 1. missão militar francesa. 2. evolução. 3. doutrina militar.

ABSTRACT

The French Military Instructional Mission in Brazil (MMF) was hired on September 8, 1919 to guide, from 1920, the modernization of the Brazilian Army (EB). He remained for twenty (20) years in order to reorganize the military schools and to professionalize the Army itself.

Much more than that, the MMF acted directly in the Terrestrial Military Doctrine, with reflexes until the present day. Many of its teachings are still applicable in the current process of transformation of the Brazilian Army.

The present study aimed to verify if the Cartesian method, which is still being studied and applied in Brazilian Army schools, was inserted by the MMF, as well as the decision factors mission, enemy, terrain and means. Since 1920, under the direction and supervision of French officers, there has been a change in the military education and administration of the Army, affecting the exercises of campaigning, organizing and using war equipment.

Keywords: 1. French military mission. 2. evolution. 3. military doctrine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – diversidade de uniformes das tropas do Exército no início do século XX, demonstrando falta de padronização e de organização no Exército.....23
Figura 2 – militar das tropas nacionais degolando um prisioneiro na Revolução Federalista.....24
Figura 3 – chegada da MMF no Brasil.....33
Figura 4 – período de renovação do contrato da MMF no Brasil.....35
Figura 5 – Companhia de Carros de Assalto no ano de 1921.....42
Figura 6 – exercício no terreno realizado pela EsAO e coordenado pela MMF no Brasil.....43
Figura 7 - exercício no terreno realizado pela EsAO e coordenado pela MMF no Brasil.....44

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	14
2	**METODOLOGIA**	18
3	**DOUTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)**	19
3.1	SITUAÇÃO DA DMT ANTES DA MMF	20
3.2	REFORMAS INSTITUCIONAIS	24
3.2.1	A reforma Mallet	24
3.2.2	A reforma Hermes	26
3.2.3	A reforma de 1915	27
3.3	JOVENS TURCOS	27
4	**A MISSÃO MILITAR FRANCESA**	30
4.1	A MISSÃO MILITAR DE INSTRUÇÃO	30
4.2	A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL	30
4.3	A INFLUÊNCIA DA MMF NAS PRINCIPAIS ESCOLAS	34
4.3.1	A influência da MMF na EsAO	36
4.3.2	A influência da MMF na ECEME	37
4.3.3	A influência na EsEFEx	38
5	**CONTRIBUIÇÃO DA MMF À EVOLUÇÃO DA DMT**	41
5.1	AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA MMF	41
6	**CONCLUSÃO**	45
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará a Missão Militar Francesa (MMF) de instrução junto ao Exército Brasileiro, a qual fez parte do projeto de modernização da Força Terrestre, tanto no âmbito cultural quanto no da defesa, atualmente, completando 100 anos de sua criação. No início do século XX, o governo brasileiro resolveu modernizar e equipar as Forças Armadas do país por intermédio da MMF. Os oficiais franceses, a partir do acordo bilateral com o Brasil, instruíram a formação de alunos, criaram escolas militares e modificaram profundamente a doutrina militar terrestre brasileira.

O Exército Brasileiro, cujas raízes estavam na doutrina militar do Exército Português e nas próprias experiências de conflitos internos e externos (sobretudo na Guerra da Tríplice Aliança), passaria à influência do Exército Francês no período de 1920 a 1940. Quando então, a MMF foi encerrada e o Exército Brasileiro passou a receber influências do Exército norte-americano, o qual também tinha em suas origens de formação o Exército Francês.

Cabe considerar que o trabalho irá abordar a Doutrina Militar Terrestre (DMT) como um conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da Força Terrestre, estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas (BRASIL, 2015). A Doutrina Militar Terrestre estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares (BRASIL, 2015). Dessa forma, será pesquisada a maneira como a MMF modificou e influenciou a DMT brasileira, até os dias atuais.

É por meio da história militar que os ensinamentos, acrescentados ou adaptados à doutrina militar, serão estudados e selecionados para que possam continuar fazendo parte da modernização da Força Terrestre e interagindo com o processo de transformação da DMT. Assim, a Doutrina Militar guarda tanto aspectos de sua formação histórica quanto da atualidade em que está inserida.

Fruto das experiências da Guerra Franco-Prussiana (1879-1880), a Alemanha e a França integravam a vanguarda militar no ocidente, razão pela qual os dois países disputavam a hegemonia por meio da projeção da sua influência em outras nações. Nesse cenário, a América do Sul também foi palco dessa influência. Os dois

países, notórias potências industriais, almejavam exercer a influência nos exércitos latino-americanos, desde o comércio de material de emprego militar até a participação de militares como membros de uma missão estrangeira de instrução.

Nesse contexto, o envio de oficiais brasileiros à Alemanha, a partir de 1906, conciliava o interesse germânico em aumentar a projeção sobre o cenário político-militar brasileiro com o anseio de alguns diplomatas e militares em modernizar o exército nacional, reconhecido por eles como 'atrasado e ineficaz'.

No cenário político, a definição das questões fronteiriças requeria a existência de um exército bem adestrado e equipado, apto a responder às necessidades do país. Cabe salientar que a Argentina, no final do século XIX, contestou o domínio brasileiro sobre o território das Missões, tendo o presidente Cleveland arbitrado, em 1895, favoravelmente ao Brasil. Na porção ocidental do território, entre 1900 e 1903, o país vivenciou a Questão Acreana com a Bolívia que resultou numa expansão territorial brasileira resultante da compra de aproximadamente 152.000 Km².

Em relação ao campo militar, a questão tornava-se prioritária tendo em vista a adesão de outros países sul-americanos aos projetos de modernização oferecidos, principalmente, por alemães e franceses, desde a segunda metade do século XIX. O Chile optou pela influência germânica durante o seu processo de modernização do exército. Foi nesse contexto, sob a ação direta do capitão Emílio Körner Henze, que o país criou a Academia de Guerra e o Colégio Militar, remodelou a estrutura organizacional militar, dotando-a de adequado suporte logístico para seu emprego, além de realizar a aquisição de material de emprego militar. Essas ações foram complementadas pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe para prestar o assessoramento à Körner.

Houve um grande período de instabilidade e violência política decorrente da implantação e consolidação do Regime Republicano na década de 1890 a 1900. Na sequência, o Exército da primeira metade da República Velha estava ocioso e pouco acreditado, principalmente, pelo longo tempo sem emprego em campanhas externas (McCANN, 2009). Além disto, a dúvida sobre a sua capacidade combativa aumentou após a questionável atuação para neutralizar o quadro de instabilidade política e social no Arraial de Canudos (McCANN, 2009).

Essa conjuntura levou a implantação de reformas militares pelo Ministério da Guerra na tentativa de reduzir a defasagem em relação a outros exércitos na

América do Sul, alguns dos quais já estavam vivendo sob a influência de missões militares estrangeiras contratadas.

Durante a I Guerra Mundial, as operações no Teatro de Guerra da Europa evidenciaram a resposta que muitos já sabiam, mas custavam a aceitar: o Exército Brasileiro estava mal equipado e sem condições adequadas para o emprego em um conflito próximo.

Dessa maneira, foi decidido que o Exército Brasileiro receberia uma missão militar francesa, tendo seu contrato assinado no ano de 1919.

Desde 1920, sob a direção e supervisão de oficiais franceses, houve uma mudança na educação e administração militar do Exército, repercutindo nos exercícios de campanha, organização e uso de equipamentos de guerra.

O trabalho será desenvolvido através de uma análise dos fatores que levaram à contratação de uma missão militar estrangeira para atuação em território nacional e as transformações ocorridas no Exército face à atuação dela, destacando principalmente a influência dela nas escolas militares. Particularmente, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde as influências da MMF são mais visíveis até os dias atuais. Para isso, será realizada uma abordagem inicial da atmosfera política e da situação militar existentes no final do século XIX; as relações internacionais do país e o cenário mundial. Ao final, será possível identificar a influência da MMF nos traços da Doutrina Militar Terrestre desenvolvida atualmente no Exército Brasileiro.

Diante do cenário anteriormente elencado, constata-se que a MMF teve papel fundamental na evolução do Exército Brasileiro na 1ª metade do século XX. Diante desse cenário, esta pesquisa se depara com o seguinte problema de pesquisa: a contribuição da Missão Militar Francesa no Brasil para a evolução da Doutrina Militar Terrestre brasileira.

Segundo CRESWELL, a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada e destacada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta o objetivo geral e seus objetivos específicos.

O presente estudo pretende identificar em que medida a Missão Militar Francesa no Brasil contribuiu para a evolução da Doutrina Militar Terrestre brasileira,

decorridos 100 anos, concluindo sobre os ensinamentos aplicáveis no atual processo de transformação do Exército Brasileiro.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida: apresentar a Missão Militar Francesa; apresentar o contexto histórico da Missão Militar Francesa no Brasil; apresentar a evolução da Doutrina Militar Terrestre brasileira; verificar a importância da Missão Militar Francesa no Brasil para a evolução da Doutrina Militar Terrestre brasileira; e concluir sobre os ensinamentos da MMF para o atual processo de transformação do Exército Brasileiro.

A Missão Militar Francesa no Brasil teve grande contribuição para a evolução da Doutrina Militar Terrestre brasileira, decorridos 100 anos, sendo que seus ensinamentos ainda são aplicáveis no atual processo de transformação do Exército Brasileiro. O que foi a Missão Militar Francesa? Qual foi o contexto histórico da Missão Militar Francesa no Brasil? Qual foi a importância da MMF para evolução da Doutrina Militar Terrestre brasileira? Quais foram os ensinamentos da MMF para o atual processo de transformação do Exército Brasileiro?

O delineamento da pesquisa utilizará como base as condicionantes do acordo bilateral Brasil-França que estabeleceu a MMF no Brasil e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro, particularmente o vetor de transformação Doutrina. Nesse sentido, buscar-se-á estabelecer a evolução do Exército Brasileiro decorrente dos trabalhos desenvolvidos pela MMF.

O presente estudo justifica-se por promover uma discussão embasada em estudos científicos de um tema histórico, pois no presente ano se comemora o centenário da MMF e devido ao constante processo de transformação da doutrina empregada pelo Exército Brasileiro.

2 METODOLOGIA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados à Missão Militar Francesa em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

O trabalho se desenvolverá por meio de extensa pesquisa documental e bibliográfica, procurando explicar o evento a partir de referências teóricas já documentadas, utilizando-se de levantamentos dos conhecimentos históricos produzidos pelas diversas fontes sobre a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil. Numa primeira etapa, foi realizado o levantamento e a seleção da bibliografia e de documentos pertinentes para fundamentar um estudo exploratório nas fontes disponíveis, visando conhecer, de forma pormenorizada, os fatos relevantes que materializaram a contribuição dos missionários franceses para o desenvolvimento da Doutrina Militar Brasileira, particularmente, nos campos de preparo e emprego da Força Terrestre (ASSUNÇÃO, 2012).

O universo do presente estudo são os principais trabalhos acadêmicos e livros relacionados à MMF e à DMT.

Conforme o Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército, 2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, serão levantadas as fundamentações teóricas para a comprovação ou não da hipótese levantada.

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército, 2012), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico para se confirmar ou não a hipótese apresentada.

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundida do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de

curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses (ver item 4 CRONOGRAMA), o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

3 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA

As doutrinas representam uma exposição integrada e harmônica de ideias e entendimentos sobre determinado assunto, com a finalidade de ordenar linhas de pensamentos e orientar ações. Podem ser explícitas ou implícitas. Explícitas, quando formalizadas em documentos, e implícitas, quando praticadas de acordo com costumes e tradições (BRASIL, 2007).

As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das FA. Dentro dessa visão, as doutrinas militares englobam a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares.

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) é o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter, estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas. A DMT estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares (BRASIL, 2014).

Da doutrina se derivam as normas e procedimentos que constituirão o objeto das publicações doutrinárias da F Ter; as bases para a elaboração dos planos/programas de adestramento das unidades e de instrução das tropas; os fundamentos da educação militar que delinearão os planos de ensino nos diversos níveis; os critérios para o aperfeiçoamento das estruturas operativas e a determinação de meios com tecnologia adequada; e as bases para a formação moral, intelectual e física do combatente (BRASIL, 2014).

Durante a MMF os franceses formularam, liderados pelo General Gamelin, a doutrina. Na realidade, efetuaram a exportação da doutrina francesa, com atuação principal nas escolas, implantando, inclusive, um método de raciocínio. Embora a formulação da doutrina tenha sido mais evidente inicialmente, permaneceu praticamente durante toda a Missão, até a gestão do General Lavalade e

desenvolveu-se, principalmente, na realização de conferências, na condução do ensino militar e nas orientações técnicas ao EME (ASSUNÇÃO, 2012).

Desta forma, o Exército, partindo de princípios doutrinários e comprovados processos de combate, formulou o seu corpo de doutrina, fruto de um trabalho atualizado pelo EME, sempre acompanhando as inovações do armamento, resguardadas as possibilidades do poder nacional. A MMF, em estreita relação com o EME, codificou, pois, nos regulamentos as instruções para estabelecer uma doutrina militar que subsistiu no Exército e atingiu suas diferentes camadas (ASSUNÇÃO, 2012).

3.1 SITUAÇÃO DA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE ANTES DA MMF

A história nacional possui dois momentos que marcam a constituição de um exército nativo. O primeiro remonta ao Brasil Colônia na luta para expulsar o invasor holandês em meados do século XVII. O outro, quando as tropas sob o comando do General Xavier Curado (brasileiro), mantendo-se leais ao Príncipe Regente, opuseram-se à Divisão Auxiliadora após o episódio conhecido como Dia do Fico. Contudo, a ‘criação oficial’ do Exército só ocorreu no texto constitucional de 1824 (ACÁCIO, 1991).

Contudo, dois episódios provocariam o desgaste nas relações da tropa com a classe política: a dissolução da Assembleia Constituinte pelo Imperador, com o respaldo do exército, para garantir a outorga da Carta Magna e a criação do Conselho de Estado. A situação foi agravada após a derrota na luta contra a República das Províncias Unidas do Prata que levou à perda da Cisplatina (ACÁCIO, 1991).

Foi nesse quadro de progressivo desgaste de prestígio e poder do Imperador, que o Exército se fez um interlocutor junto ao governo. O desfecho se deu com a ação do Brigadeiro Lima e Silva e do Major Miguel de Frias e Vasconcelos, a quem foi entregue o documento de abdicação apresentado à tropa no Campo de Santana (GOMES, 2014).

Com a abdicação de D. Pedro, a Assembleia Geral (Senado e Câmara dos Deputados) foi obrigada a instituir uma regência provisória em cumprimento ao dispositivo constitucional, tendo em vista que o sucessor tinha apenas cinco anos.

Este novo período da história do país foi marcado inicialmente por um forte avanço liberal (1831-1837), seguido pelo regresso do conservadorismo (1837-1840).

Para fazer frente a essas agitações, o governo criou a Guarda Nacional em agosto de 1831, subordinando-a ao Ministério da Justiça chefiado por Antônio Feijó. A medida representou a constituição de uma força repressiva e confiável para defender os interesses políticos dos regentes, haja vista que as províncias de Minas Gerais e São Paulo haviam recusado o envio de tropas regulares para apoiar a Regência a debelar a revolta no Rio de Janeiro em julho daquele ano (ACÁCIO, 1991).

Em 1842, deu-se nova organização ao Exército, inclusive com reflexos no Regulamento da Escola Militar, tudo com o intuito de melhorar o valor dos quadros. No prosseguimento das mudanças, em 1846, instituiu-se o diploma de bacharel para quem houvesse concluído todos os cursos na Escola Militar. Esta medida representaria a gênese da futura divergência entre *bacharéis e tarimbeiros*.[2] Contudo, a existência da Guarda Nacional era um óbice às transformações no Exército. Ao referir-se a ela, Magalhães (1998, p.227) afirma que “dava uma ilusão de força que concorria para não se decretarem, e menos ainda se executarem, quando admitidas, as reformas necessárias ao nosso fortalecimento militar”. Por esta razão, mesmo antes da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) os chefes militares envidavam esforços na busca da melhoria do Exército e, principalmente, da capacitação do seu pessoal militar. De acordo com a obra “Marechal Castello Branco – Seu Pensamento Militar” (1968), *durante o Império não havia propriamente uma preparação doutrinária, mas havia uma mentalidade para guerrear, robustecida pela coerência e atuação da nossa política externa* (ACÁCIO, 1991).

Em 1864, o subcontinente sul-americano vivenciou a deflagração de um novo conflito na região, o qual evoluiria para a Guerra da Tríplice Aliança, perdurando até 1870 com a derrota militar de Solano López.

Em 1872, criou-se a Comissão de Melhoramentos do Exército composta, inicialmente, por três seções: armamento portátil, artilharia de campanha e fortificações. Dentre as suas conclusões, cabe ressaltar a constatação da premente necessidade da criação de um quadro de Estado-Maior, a exemplo do que havia sido constituído na Prússia (ACÁCIO, 1991).

Para agravar a situação interna do país, alguns incidentes evoluíram para um quadro de crise que ficou conhecido como a “Questão Militar”, a qual influenciou decisivamente na queda do regime monárquico no país. A gênese dessa celeuma repousa na resistência de alguns oficiais do Exército face às constantes medidas implementadas pelos gabinetes civis que desprezavam a instituição. Outra componente dessa questão foi a postura anti-escravocrata assumida pela tropa, conforme estudado anteriormente, fato que agravou o relacionamento do Exército com o Governo Imperial. Além disto, as ideias positivistas eram disseminadas na Escola Militar da Praia Vermelha pela atuação do Tenente Coronel Benjamin Constant junto à juventude militar (ASSUNÇÃO, 2012).

O Exército se fez sempre presente ao longo da história nacional, defendendo o governo central e opondo-se às ações inimigas estrangeiras, bem como dos grupos antagônicos internos. Porém, somente com a Constituição do Império (1824) o arcabouço jurídico para sua atuação foi definido textualmente, especificando suas missões e atribuições (ACÁCIO, 1991).

Assim como nos primeiros anos após a Independência, o período Regencial vivenciou forte agitação política em diversas províncias de Sul a Norte, tornando-se uma grave ameaça à unidade nacional e comprometendo a organização do Estado. Para estabilizar a situação e assegurar a integridade territorial do país, o Exército participou com firme e decisão para restaurar a ordem e restaurar a paz. Apesar disto, seu processo de seleção de pessoal para incorporação é muito deficiente, sendo quase impositivo aceitar pessoas com baixa capacidade intelectual e, em muitos casos, indivíduos que se alistavam para evitar que fossem presos pela polícia. Inclusive, era preterido pela Guarda Nacional nesse aspecto, pois ela estava associada aos “coronéis” que detinham o poder econômico e exerciam a influência junto às autoridades locais (ACÁCIO, 1991).

No que se refere à dotação material, apesar dos esforços iniciais de D. Pedro I, o Exército chegou à Campanha da Tríplice Aliança mal equipado, desorganizado e extremamente limitado para o cumprimento das missões que lhe seriam atribuídas. A situação vigente exigiu de Caxias uma reestruturação e o fortalecimento do moral da tropa antes do prosseguimento das ações após o estacionamento em Tuiuti. A atuação decisiva e eficaz do Exército durante a campanha supracitada fez com que os militares voltassem a reivindicar maior prestígio e respeito junto ao Governo Central. Apesar disto, gradativamente foram recebendo menor prioridade

no atendimento às necessidades básicas e, consequentemente, os ensinamentos colhidos em memorável campanha militar foram se perdendo por não terem sido convertidos em ações ou melhoramentos (ACÁCIO, 1991).

Por outro lado, o seu envolvimento com a causa abolicionista, bem como, a própria Questão Militar levaram o EB a participar ativamente da queda do regime monárquico. Assim sendo, os rumos tomados pela instituição no início do período republicano resultaram da mudança no regime e na forma de governo.

Segundo Coutinho (2016), o Exército Brasileiro do final do século XIX e início século XX passou por um período de grande despreparo profissional e carência de uma instrução militar que priorizasse as ciências bélicas em detrimento das ciências exatas. O pensamento positivista, dominante entre os líderes militares da época, era o que ditava o cunho educacional eminentemente voltado às ciências exatas.

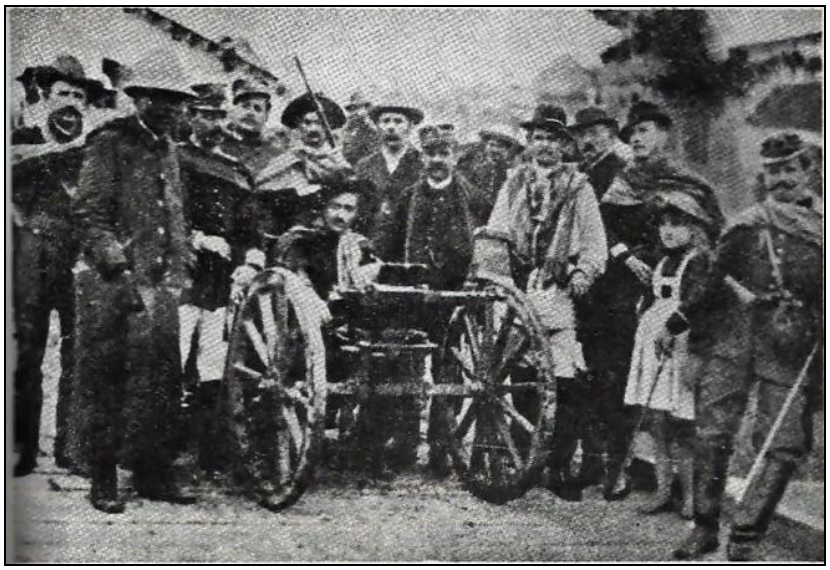

FIGURA 01 – diversidade de uniformes das tropas do Exército no início do século XX, demonstrando falta de padronização e de organização no Exército.
Fonte: Pedrosa, 2019.

Nesse mesmo sentido, o despreparo profissional se justificava por uma série de fatores que passavam pela política governamental e estendiam-se aos baixos soldos, falta de material bélico moderno e ausência de capital humano e intelectual capaz de promover instruções de qualidade nas escolas militares. Ainda segundo Coutinho (2016), apesar de algumas tentativas de reformas, como a de 1890, promovida por Benjamin Constant (1836-1891), e a de 1898 elaborada pelo Marechal João Tomaz de Cantuária (1835-1908), o preparo profissional da força manteve-se aquém do que se esperava de um exército. Esse despreparo ficou

evidente por ocasião da Revolução Federalista (1893-1895), a Revolta da Armada (1893-1894) e a Guerra de Canudos (1896-1897), nos quais o Exército Brasileiro foi incapaz de cumprir seu papel constitucional.

Na Revolução Federalista, por exemplo, o protagonismo não era exercido pelo Exército, era exercido pelas forças locais, compostas por unidades provisórias de voluntários civis e unidades da Brigada Militar. Além disso, as principais lideranças militares eram políticos civis, os quais realizavam ações militares com improvisação e violência contra civis.

FIGURA 02 – militar das tropas nacionais degolando um prisioneiro na Revolução Federalista.
Fonte: Pedrosa, 2019.

Esse período de grande dificuldade do Exército estendeu-se até o final da I Guerra Mundial (1914-1918), quando a ideia de se convidar uma Missão Militar Francesa passou a ser levantada pelo General Cardoso de Aguiar (1864-1935), então Ministro da Guerra (COUTINHO, 2016).

3.2 REFORMAS INSTITUCIONAIS

3.2.1 **A Reforma Mallet**

A campanha de Canudos evidenciou a necessidade de alterar a estrutura do Exército, muito embora a causa ainda não atraísse a devida atenção na sociedade. Durante o governo de Campo Sales, o Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra, conduziu a primeira reforma no período republicano com a finalidade de reorganizar o Exército (AZEVEDO, 2012).

Um dos focos da reforma era voltado para o Estado-Maior, criado em 24 de outubro de 1896. De acordo com o decreto nº 3.189, de 06 de janeiro de 1899, o EM estava diretamente subordinado ao Ministro da Guerra e tinha por objetivo conduzir a preparação do exército para a defesa da pátria e à manutenção da ordem interna (ACÁCIO, 1991).

No que se referia ao emprego do Exército, buscou a reestruturação e a modernização dos serviços que prestavam o apoio à condução das operações, incluindo a saúde, a intendência e a engenharia. A artilharia de costa foi reequipada com canhões Krupp, estreitando os laços comerciais e militares com a Alemanha (AZEVEDO, 2012).

Após o Marechal Mallet, na Presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), assumiu o Ministério da Guerra o General Francisco de Paula Argolo, o qual deu continuidade às reformas, alinhando a perspectiva de emprego das novas peças de artilharia com o novo programa de defesa de costa e elaborando novos manuais para as escolas militares do exército.

Fruto da Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904), o General Argolo promoveu o fechamento da Escola Militar em 1904, seguido da reforma do Ensino Militar no ano seguinte. Esse feito ficou conhecido pelo “fechamento da fábrica de bacharéis”, pois se considerava que o ensino da Escola Militar não correspondia às necessidades positivas da vida militar. O grau de alferes-aluno foi extinto e criado o grau de aspirante-a-oficial na tropa (PEDROSA, 2019).

O General Argolo ainda foi responsável pelo envio de oficiais para estagiar na Alemanha (AZEVEDO, 2012).

Segundo Pedrosa (2019), a formação do oficial do Exército Brasileiro foi dividida em 05 escolas: Escola de Guerra (Porto Alegre), voltada para a formação de oficiais das três armas (curso de 02 anos); Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria (Rio Pardo), voltada ao ensino prático profissional dos oficiais de infantaria e cavalaria (curso de 01 ano); Escola de Artilharia e Engenharia (Realengo), voltada à formação de oficiais de artilharia e engenharia (curso de 02 anos para Art e 03 anos para Eng); Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia (Santa Cruz), para os estudos essencialmente práticos e aplicativos (curso de 01 ano); além dos Cursos de Inf e Cav (03 anos); Art (06 anos); e Eng (07 anos). Essa divisão durou até o ano e 1912.

3.2.2 **A Reforma Hermes**

Durante o governo de Afonso Pena (1906-1909), o Exército vivenciou mais uma reforma com o intuito de modernizá-lo, principalmente, pelo fato de que as medidas constituíam-se numa condição essencial para fazer frente à estruturação da força policial do estado de São Paulo. Cabe ressaltar que, desde 21 de março de 1906, estava em vigor o contrato entre São Paulo e a República Francesa com o intuito de proporcionar a formação da Força Pública paulista (AZEVEDO, 2012).

Associado a isto, destaca-se a atuação do Barão do Rio Branco que considerava a estrutura militar como um elemento dissuasório essencial para validar a condução da política externa que vinha sendo exercida pelo Brasil e o próprio apoio da sociedade nacional à causa do Exército.

Segundo Carvalho (2002), o referido diplomata foi um dos principais entusiasta e defensor da necessidade de modernização do nosso exército no início do século XX. No artigo “Rio Branco e o Exército”, Carvalho destaca parte do discurso pronunciado tratando da defesa nacional, em 1906, no Palácio Itamaraty:

> mas o nosso amor da paz não é o motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que no levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre. [...] Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar. **Carecemos de Exército eficaz e de reservas numerosas** (grifo nosso), precisamos recuperar para nossa Marinha a posição que antigamente ocupava. (p. 12)

A chamada “Reforma Hermes” proporcionou a renovação dos antigos arsenais e fábricas de pólvora e projéteis para o Exército. A medida tinha por princípio assegurar a autossuficiência do país no que se referia a esse importante item da estrutura militar de defesa. Em decorrência dela, foram criados Tiros-de-Guerra (TG) em vários estados do Brasil com o intuito de fazer a preparação de uma reserva mobilizável. Porém a medida foi vista por alguns como elemento de propaganda favorável à prestação do serviço militar por jovens de todo o país (ACAÁCIO, 1991).

Outra medida importante foi a criação das brigadas estratégicas que compunham as grandes unidades. No mesmo período há que se destacar também, graças à campanha capitaneada por Olavo Bilac, a instituição do serviço militar obrigatório para os brasileiros por intermédio da Lei nº 1860, de 04 de janeiro de 1908 – feito por sorteio, diferente ao sistema que vigora atualmente (AZEVEDO, 2012).

3.2.3 **A Reforma de 1915**

Em fevereiro de 1915, o marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra, assinou um decreto que - mais uma vez - reestruturava o exército, alterando sua organização e aumentando o efetivo para 52.000 homens, numa tentativa de modernizá-lo. O referido diploma legal definiu que o Ministério da Guerra, o Estado Maior do Exército, a Inspetoria do Exército e os altos comandos fossem regidos pelo Ministério da Guerra, que tinha também o encargo de centralizar as questões relacionadas à sua administração (AZEVEDO, 2012).

As mudanças propostas, particularmente no que dizia respeito às atribuições do Ministério da Guerra, foram alteradas pelo decreto presidencial datado de 18 de novembro de 1920, que assumiu a responsabilidade pela instrução, elaboração dos regulamentos e por toda a preparação da tropa, desde o tempo de paz, para a guerra. Assim sendo, passou a gerir os serviços relacionados às informações, operações, missões militares, escolas, mobilização, transporte e estudo da história militar, dentre outros. Para fiscalizar os negócios, a instrução e a administração da tropa, havia uma Inspetoria para cada arma, sob a chefia de um oficial general (AZEVEDO, 2012).

À época, o EME estava estruturado em quatro seções para conduzir seus trabalhos, sendo a primeira para a organização e distribuição de tropas; e as demais, nesta ordem, para mobilização, transporte e estudo do teatro de operações; de serviço geográfico e topográfico; e a quarta, da história militar do Brasil (ACÁCIO, 2012).

3.3 JOVENS TURCOS

O início do século XX foi marcado pelo envio de cinco oficiais brasileiros à Alemanha. A iniciativa, em resposta ao convite formulado pelo Imperador alemão

Guilherme II e por sugestão do Barão do Rio Branco (Ministro das Relações Exteriores à época), permitiu que o pequeno grupo de militares servisse arregimentado no exército daquele país durante os anos 1906-1908 (AZEVEDO, 2012).

Em 1908, o Brasil enviou outra turma de oficiais para estagiar nas unidades alemãs. Durante a estadia no exterior, uma comitiva brasileira chefiada por Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra, visitou oficialmente àquele país. Dentre os membros da comitiva que assistiram às manobras de guerra do exército alemão, estavam presentes o major Tasso Fragoso e o capitão Deschamps Cavalcanti.

A última turma enviada à Alemanha, no ano de 1910, teve o maior efetivo (22 militares) dentre as três participantes do intercâmbio militar realizado naquele país. A vivência dos capitães e tenentes nas fileiras do exército alemão repercutiria decisiva e positivamente para a profissionalização dos oficiais. Contudo, ao regressarem ao Brasil, passaram a ser chamados de “Jovens Turcos”, numa clara metáfora jocosa ao pensamento inovador desses oficiais influenciados pela doutrina militar prussiana (AZEVEDO, 2012).

Esse grupo de oficiais focou sua atuação, desde o regresso ao país, em prol das mudanças que modernizariam o exército, tornando-a compatível com a dimensão político-econômica que o Brasil começou a assumir na primeira década do século. Para facilitar a divulgação de suas idéias, fundaram, em 10 de outubro de 1913, a revista “*A Defeza Nacional*” (SIC) (AZEVEDO, 2012).

A proposta do periódico, publicado mensalmente, seguia o formato da *Militär Wochenblatt* e concentrava seus esforços em divulgar assuntos de natureza técnica e militar. Em sua maioria, os artigos publicados traziam transcrições de manuais alemães, relatório de manobras e informações sobre armamento e munição de dotação das unidades germânicas, bem como o emprego deles (MALAN, 2018).

Apesar disto, em vários editoriais ou até mesmo nos artigos publicados, os autores faziam severas críticas à postura ou decisões de velhos chefes militares ou mesmo em temas relacionados à política. Aliás, um dos pontos defendidos pelos Jovens Turcos era exatamente a adoção de um Exército apolítico, no qual seus integrantes deveriam afastar-se das atividades político-partidários (o que era normal à época) e, por conseguinte, dedicarem-se exclusivamente às questões internas da caserna voltadas para o aperfeiçoamento institucional (AZEVEDO, 2012).

Eles representavam uma nova tendência, que nem compunha o grupo dos oficiais tarimbeiros, nem se enquadrava no chamado de doutores. Talvez por isso tenham se deparado com forte resistência dos militares que, acomodados face à manutenção do *staus quo*, eram avessos às inovações tecnológicas e industriais que norteavam o processo de modernização de vários exércitos na Europa.

Segundo Azevedo, cerca de um ano após o lançamento da revista, os "germanófilos", como também eram conhecidos os Jovens Turcos, publicaram uma proposta de reforma que também foi encaminhada ao general José Caetano de Faria, então Ministro da Guerra. Basicamente, era um programa composto por treze pontos, cujo cerne residia no aumento de eficiência operacional do exército, destacando-se:

- a implantação de um sistema de serviço militar obrigatório, aproximando as fileiras do exército do povo e vice-versa, reduzindo o risco da existência de uma casta militar;

- um rigor maior na realização dos exames de saúde dos recrutas, a fim de melhorar a higidez da tropa;

- a redução do tempo de serviço dos militares já instruídos para que houvesse um acréscimo na reserva;

- a criação de campos de instrução em diversas guarnições, de modo a permitir que os recrutas recebessem um adestramento mais adequado e realista; e

- a estruturação do exército em tempo de paz similar ao previsto para a guerra.

Outra importante contribuição dessa turma de oficiais foi que eles passaram a instruir os sargentos e estes, por sua vez, seriam os responsáveis por retransmitirem a instrução à tropa. Técnica que representava uma grande transformação no método de conduzir a preparação dos recrutas.

Por fim, especial destaque deve ser dado à missão que o Estado-Maior do Exército atribuiu aos Jovens Turcos para desempenharem a função de instrutor na Escola Militar do Realengo, que passou a ser chamada de "Missão Indígena". No desempenho de suas atividades, eles contribuíram para reduzir ao máximo a forte influência positivista na formação dos oficiais do exército (AZEVEDO, 2012).

A Missão Indígena representou o ápice das ações dos Jovens Turcos na condução do adestramento dos futuros oficiais do Exército, permitindo a difusão das idéias e do pensamento bélico alemão junto aos jovens alunos da Escola Militar do

Realengo. Assim sendo, atuou como fator multiplicador do número de simpatizantes e defensores dessa nova corrente castrense.

É possível afirmar que ela preparou o terreno humano para a chegada de uma missão militar estrangeira de instrução junto à jovem oficialidade do Exército Brasileiro, a partir do momento em que propugnou uma mudança no pensamento militar e inseriu novas técnicas de instrução. Essa geração seria uma das forças motrizes que impulsionariam a profissionalização do exército nas próximas décadas.

4 A MISSÃO MILITAR FRANCESA

4.1 MISSÃO MILITAR DE INSTRUÇÃO

Entende-se como uma Missão de Instrução como sendo uma organização em um país por solicitação de outro para nesse último e mediante um acordo ou contrato firmado entre os dois governos prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, por meio de organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, tornar o mais objetivo possível o organismo bélico do país assistido (MALAN, 2018).

Nessas missões militares de instrução é normal que os instrutores procurem transmitir os ensinamentos que por sua vez receberam e que foram aprovados em seu país e, na melhor das hipóteses, feitas as correções para adaptar às condições locais. Nestas instruções será muito comum que o material de emprego militar do país de origem seja vendido ao Exército apoiado, assim como a adoção da doutrina que o orienta (MALAN, 2018).

Dessa maneira, a doutrina militar do país que recebe uma missão militar de instrução será diretamente influenciada e transformada, com maior intensidade quanto mais longa for a missão. Não foi diferente no Exército Brasileiro que recebeu a MMF por 20 anos (ACÁCIO, 1991).

4.2 A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL

O debate em torno de criar-se no Brasil uma missão militar de instrução, composta de estrangeiros, foi intenso nos anos de 1917 e 1918. A missão teria por finalidade promover a reorganização do Exército Brasileiro, dando-lhe um confiável

grau de operacionalidade, compatível com os padrões e recursos gerados ao longo da I Guerra Mundial (BASTOS FILHO, 1994).

O Império Alemão e seu Exército ganharam grande notoriedade após a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de1870, tornando-se um modelo de instrução militar a ser exportado para outros países (MALAN, 2018). Assim, a disputa para instalar uma missão militar no Brasil ficou entre França e Alemanha. Essa dicotomia se ampliou por ocasião do envio de tenentes e capitães para realizarem cursos no Exército Alemão. De volta ao Brasil, esse grupo, conhecido como Jovens Turcos, fundou a revista A Defesa Nacional e a utilizou como trincheira na busca de um Exército mais moderno e eficiente (MALAN, 2018).

Segundo Coutinho (2016), desde o início foram estabelecidas duas frentes, uma voltada à contratação de uma missão de origem alemã - tendo como defensores os Jovens Turcos, o Barão do Rio Branco e Hermes da Fonseca - e outra favorável à contratação de uma missão de origem francesa – cujos expoentes eram Pandiá Calógeras e Epitácio Pessoa.

Os relatos e notícias da época levavam a crer que seria contratada a missão de origem alemã, visto o armamento utilizado pelo Exército Brasileiro, o fuzil Mauser e o canhão Krupp, além da influência dos “Jovens Turcos”, difundida pela revista “A Defesa Nacional” e da Missão indígena que estava no auge na Escola Militar do Realengo.

Além da indecisão sobre uma missão militar francesa ou alemã, segundo o coronel Boiteaux (2019), por ocasião dos debates, formaram-se três pontos de vista com relação à vinda da missão militar francesa:

- não se aceitava a vinda de instrutores estrangeiros, pois consideravam que os instrutores brasileiros poderiam conduzir a modernização do Exército, desde que com recursos necessários para isto;

- aceitavam o contrato desde que fosse uma “pequena missão”, com poucos instrutores com ações limitadas; e

- havia os adeptos de uma “grande missão”, ampla e prolongada, capaz de conduzir a modernização do Exército com as novidades mundiais, as quais ocorriam na Europa.

A opção vencedora teve grande influência por causa dos laços culturais Brasil e França, além do fato da I Guerra Mundial ter sido decisiva para a escolha da

Missão Militar Francesa, uma vez que o Exército Alemão foi derrotado pelos franceses e o Brasil declarou guerra à Alemanha.

A entrada do Brasil na I Guerra Mundial foi fato marcante à época. O navio brasileiro Paraná, navegando na costa ocidental francesa, em abril de 1917, foi torpedeado próximo da cidade de Barfleur. A esse afundamento seguiram-se outros, de navios mercantes nacionais: Tijuca, Lapa, Macau, Tupi, Acari e Guaíba. Tais atos de agressão germânica contra o País provocaram o estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha, declarado pelo em 26 de outubro de 1917, sancionando a resolução do Congresso Nacional. O Brasil atendia às suas tradições e aos desejos de todo o seu povo, por intermédio de seus representantes no parlamento.

Dessa forma, após apresentado o panorama da época, em maio de 1919, foi assinado o acordo bilateral com a França e que perdurou de 1920 a 1940 (McCANN, 2012).

> “O contrato da Missão Francesa e a definição de suas funções não foram examinados pelos historiadores militares. É assunto, todavia, que requer estudo e comentários, porquanto foi decisiva sua atuação na formação do moderno Exército.” Marechal Estevão Leitão de Carvalho, em Memórias de um soldado legalista, 1962, tomo II, p.49

Conforme registro histórico, o contrato foi oficialmente assinado em 28 de maio de 1919, por meio do Decreto nº 3741. Nesse documento, a Missão Militar Francesa tinha como fundamento tornar a instrução militar brasileira mais moderna e alinhada com os vitoriosos conhecimentos da doutrina francesa. No entanto, segundo Coutinho (2016), as articulações com os militares franceses datavam de antes do contrato oficial, como se pode observar na fundação da Escola de Aviação, em 1919, que teve franceses como diretores técnicos e a criação, pelo Decreto 13451 de 29 de janeiro de 1919, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Inicialmente, a missão contava com 23 militares e teve uma duração de 04 anos.

Além do mais, a França teve uma campanha vitoriosa na primeira grande guerra, além de já ter comprovado sua eficiência em missões similares em outros países da América Latina, como em El Salvador, Guatemala, Peru, Colômbia e Bolívia, entre os anos 1881 e 1914. Destaca-se, também, que desde 1906 ocorria

uma Missão Militar Francesa na Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o objetivo de modernizar e instruir essa força policial.

Os 20 anos da MMF, período que durou a missão no Brasil, pode ser dividido em três fases de forma a tornar possível a caracterização da dualidade de objetivos dos dois países. Do lado brasileiro o objetivo central era modernizar o EB tornando-o conhecedor da doutrina militar mais recente e aplicada com destaque nos campos de batalha, já os franceses esperavam mais, buscavam divulgar cultura, doutrina e estabelecer parceiros comerciais. O primeiro período selecionado foi o de 1919 a 1924. Marcado pela crise financeira de 1923 e pela chagada ao poder de Arthur Bernardes, que de certa forma era contrário à missão, pois via o Exército Brasileiro como uma força policial, e considerava desnecessária tamanha modernização doutrinária voltada para a guerra. No entanto, nesse ano o Exército já possuía em seu Estado-Maior militares formados pela MMF o que possibilitou a continuidade desta (COUTINHO, 2016).

Chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil: impulso à reforma
do Exército. À esquerda, primeiro plano,
o Gen Maurice Gamelin. Ao seu lado, o Gen Durandin.

FIGURA 03 – chegada da MMF no Brasil.

Fonte: Pedrosa, 2019.

Nesse primeiro período, a MMF atuou diretamente na estruturação das escolas militares do Exército Brasileiro. Com destaque na completa revisão curricular dos cursos da Escola de Estado-Maior, na reestruturação da Escola de Aviação, na criação de várias novas escolas, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Educação Física do Exército e a Escola de Equitação do Exército. Esta última, teve sua origem com a criação do Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, de 1922, quando o Ministro da Guerra, General Setembrino de

Carvalho, estabeleceu o Núcleo de Adestramento de Equitação, em 1923, nas dependências da Escola de Estado-Maior do Exército (atual quartel do 1° Batalhão de Polícia do Exército), assessorado pelo Major Euclydes de Oliveira Figueiredo, que cursara a Escola de Cavalaria de Hannover, na Alemanha, e sob coordenação do Capitão francês Armand Gloriá, consagrado cavaleiro.

De acordo com Coutinho (2016), o segundo período ocorre de 1925 à 1929, com a intensificação das manobras realizadas a partir de exercícios práticos, a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional - atual Conselho de Segurança Nacional, consolidação da Escola de Aviação, com a criação de um estágio de aviação para os alunos da Escola de Estado-Maior, e o surgimento do regulamento de educação física.

Por último, o período que corresponde a década de 1930, marcado pela Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 32 e pelo início do Estado Novo. Durante as citadas revoluções os ensinamentos franceses são colocados em prática demonstrando o prestígio e a eficácia da influência francesa. Nessa fase ocorre a gradativa substituição dos militares franceses pelos chefes militares brasileiros e a adequação do contrato à realidade da crise econômica brasileira, com renovações de menor duração, redução de efetivo e o cancelamento da cláusula de preferência na aquisição de material bélico.

No ano de 2015, foi realizada uma pesquisa com oficiais alunos da EsAO que consistia em responder um questionário sobre a MMF. Um dos tópicos buscou apresentar os resultados e discutir sobre a influência da MMF no cotidiano do Exército Brasileiro, destacando a sua influência doutrinária, o uso dos chamados fatores de decisão e do método para solução de questões, de forma a avaliar se sua aplicabilidade, hoje, ainda é benéfica e eficaz. A pergunta Nr 1 era: *“O senhor considera que o estudo do método para resolução de problemas militares ainda é eficaz, considerando as circunstâncias de um combate moderno?”* Como resultado, 86% dos alunos responderam que “sim”, enquanto que 14% responderam que “não”. O autor da pesquisa chegou às seguintes conclusões: o método cartesiano continua sendo estudado e aplicado nas escolas do Exército Brasileiro, o que mostra a forte influência exercida pela Missão Militar Francesa, bem como sua presença marcante até os dias de hoje; os fatores de decisão e o uso do método não são apenas eficazes, mas condição *sine qua non* para o desenvolvimento da consciência situacional durante o estudo de situação e os valores e métodos implementados

pelos franceses ainda estão presentes e são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento militar (COUTINHO, 2016).

Segundo Rodrigues (2008), até 1930, o pensamento militar e a doutrina militar do Exército Brasileiro eram predominantemente influenciados pelos modelos francês e prussiano. A chegada da Missão Militar Americana deu início a um importante processo de mudanças em toda a estrutura do exército. A doutrina norte-americana, "[...] foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário prussiano e o francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial".

A partir de então, afirma Cruz (2016), a influência militar dos EUA sobre as Forças Armadas brasileiras, em particular sobre o exército, começou a aumentar gradativamente. Brasil e EUA passaram a construir um diálogo mais intenso, abrangendo questões referentes ao estabelecimento de uma defesa militar de caráter continental. Nesse momento, militares brasileiros foram enviados para os EUA visando à obtenção de novos conhecimentos militares.

Ao longo dos 20 anos de existência, a MMF teve os seguintes chefes militares: Gen Maurice Gamelin (1919-1924); Gen Fredéric Coffec (1925-1926); Gen Joseph Spire (1927-1930); Cel Jules Baudouin (Interino) (1930); Gen Charles Huntziger (1931-1933); Gen Jules Baudouin (1933-1935); Gen Onésime Paul Noel (1935-1938); e Gen Jean Chad.

Período	Duração	Composição
1919 – 1923	4 anos	01 Gen Chefe, 35 oficiais e 06 suboficiais.
1923 – 1927	4 anos	01 Gen Chefe, 35 oficiais e 06 suboficiais.
1927 – 1931	4 anos	01 Gen Chefe, 35 oficiais e 06 suboficiais.
1932 – 1933	2 anos	01 Gen Chefe, 17 oficiais e 02 suboficiais.
1934	1 ano	01 Gen Chefe, 06 oficiais e 01 suboficial.
1935 – 1936	2 anos	01 Gen Chefe, 06 oficiais e 01 suboficial.
1937	1 ano	01 Gen Chefe, 06 oficiais e 01 suboficial.
1938	1 ano	01 Gen Chefe, 06 oficiais e 01 suboficial.
1939	1 ano	01 Gen Chefe e 05 oficiais.

FIGURA 4 – período de renovação do contrato da MMF no Brasil.

Fonte: Pedrosa, 2019.

4.3 INFLUÊNCIA DA MMF NAS PRINCIPAIS ESCOLAS MILITARES

Talvez esta tenha sido a vertente do Exército que recebeu a maior influência da Missão Militar Francesa. A estrutura de ensino militar que precedeu à chegada da MMF produzia os chamados “bacharéis” nas escolas de formação de oficiais do Exército, pois priorizava as ciências humanas e teóricas. Segundo Mc CANN (2009), caracterizava-se por ser “um tipo de educação que produzia escritores, burocratas e políticos, mas não comandantes de campanha competentes”.

A transformação do ensino no Exército Brasileiro aconteceu com a chegada dos franceses. A instrução passou a ser baseada na prática e na tática, na história militar, na estratégia, nos estudos de geografia e de aeronáutica. Surgiu uma mentalidade técnica voltada para a mentalidade tática, baseada no estudo do caso concreto, nos chamados temas táticos e na aplicação constante do método. Dessa maneira, construiu-se um raciocínio básico para a solução de problemas militares, o que permitia resolvê-los através dos conhecidos, mas à época inovadores, fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios.

Quanto ao estudo de história militar, voltada para a tática e estratégia de militares consagrados, a Missão Militar Francesa contribuiu para o surgimento de uma vasta bibliografia sobre o assunto que foi traduzido do francês para o português, até então inexistente no Exército (COUTINHO, 2016).

4.3.1 **A influência da MMF na EsAO**

Não por coincidência, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, foi fundada em 08 de abril de 1920, no ano do início da MMF no Brasil. A essa escola coube o importante papel de capacitar os capitães e majores para o comando de nível intermediário e, principalmente, qualificar instrutores para a difusão dos novos e modernos ensinamentos doutrinários oriundos da França. Assim como a ECEME, a EsAO foi um grande vetor de disseminação dos conhecimentos doutrinários passados pela MMF. Tal fato, contribuío para a evolução da doutrina militar terrestre em todo Exército.

Segundo Coutinho (2016), a escola tinha como objetivo aperfeiçoar os concludentes da escola militar, tornando-os aptos para o comando de pequenas unidades e, principalmente, capacitando-os para a difusão, como instrutores, das mudanças doutrinárias e de ensino nas unidades militares de todo o Brasil. Como

ocorre em toda grande mudança, a escola, inicialmente, enfrentou a resistência dos oficiais que, muitas vezes, apresentavam um baixo desempenho nas provas e não se dedicavam como era esperado, e, assim, não tornavam-se os vetores de difusão do conhecimento.

Dessa maneira, a MMF permitiu o desenvolvimento do espírito militar no Exército Brasileiro, transformando os oficiais aperfeiçoados de forma a se tornarem prontos para a solução de problemas militares de qualquer ordem, inclusive problemas militares inéditos. A presença de sua influência ainda é vultosa nos dias atuais da EsAO, visto que, a despeito das necessárias modificações doutrinárias, em função das constantes mudanças no teatro de operações mundial, a metodologia empregada, a busca pelo estudo da história e a aplicação da teoria junto à prática ainda são a essência do sistema educacional militar (COUTINHO, 2016).

4.3.2 **A influência da MMF na ECEME**

Apesar de o Exército Brasileiro ter criado seu Estado-Maior em 1896, a Escola de Estado-Maior (EEM) somente viria a ser concretizada por intermédio do Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905. Dentre outros aspectos, o referido diploma estabelecia a finalidade, o posto limite para a seleção dos candidatos à matrícula e a duração do curso – inicialmente, 24 meses, divididos em três períodos. Cabe ressaltar que alguns países americanos já possuíam escolas congêneres em seus exércitos, a saber: Bolívia (1838), Estados Unidos da América (1881), Chile (1886), Argentina (1900) e Peru (1904).

Inicialmente, a escola foi conduzida sob uma forte tendência germânica, como pode ser constatada pelas conferências proferidas, em 1915, por *jovens turcos* sobre um temário militar. Porém, durante o biênio 1918-1919, a EEM permaneceu inativa por decisão da alta administração do Exército, a qual optou por enviar seus integrantes para os estados-maiores de grandes unidades e unidades com o intuito deles realizarem um acompanhamento cerrado da conjuntura internacional e a avaliação de uma possível ampliação da área de conflagração do conflito mundial (AZEVEDO, 2012).

Em 20 de fevereiro de 1920, o coronel Nestor Sezefredo dos Passos foi nomeado comandante da Escola de Estado-Maior (EEM) e auxiliar direto de os generais Gamelin e Duradin, tendo contribuído decisivamente para a assimilação da nova doutrina, “quebrando eventuais resistências” à influência francesa. Porém, foi

sob o comando do coronel Raymundo Pinto Seidl (16 Fev 21 a 1º Abr 23) que a MMF iniciou seus trabalhos na EEM, na sede do Andaraí (a quarta instalação ocupada pela escola desde a sua criação).

Com a chegada dos instrutores da MMF, a Escola de Estado-Maior passou a conduzir o *curso de revisão*, com duração aproximada de um ano, cuja principal finalidade estava no processo de adaptação dos oficiais já diplomados no estado-maior ao método francês. O novo período caracteriza a substituição da influência alemã vigente desde o início do funcionamento da EEM, em 1906, pela francesa – fato que iria perdurar até 1942, com a adoção da influência americana. Uma das principais características dessa fase foi a montagem de grandes exercícios baseada numa concepção estratégica defensiva – nos moldes da utilizada pela França durante a I Guerra Mundial – seguida de uma maciça contraofensiva (AZEVEDO, 2012).

Outra inovação da MMF foi a utilização de documentação escrita previamente distribuída para o estudo prévio dos temas táticos, em substituição ao tradicional modelo de conferências proposto pela corrente alemã. Além desta inovação no processo de ensino da EEM, incrementou a sistemática de jogos de guerra trazida pelos *jovens turcos* e introduziu a realização dos exercícios no terreno, ampliando o sistema de manobras de quadros no Exército e inovando mais uma vez na condução do ensino na referida escola (ACÁCIO, 1991).

Contudo, o papel da MMF junto à escola foi além do simples ensino de táticas e método, objetivou a formação de uma massa crítica conhecedora da conjuntura nacional e internacional, capacitando da melhor forma possível o futuro chefe militar. Também permeou o campo dos valores morais e éticos, fortalecendo o espírito militar e o sentimento pátrio (AZEVEDO, 2012).

Por fim, cabe destacar a participação dos instrutores da MMF na condução do curso de Alto-Comando a partir de 1939. Este curso passou a ser uma condição indispensável para ascensão do oficial de estado-maior ao generalato, pode ser considerado como origem do atual curso de Política, Estratégia e Alta-Administração do Exército (CPEAEx) , criado na ECEME em 1986.

4.3.3 **A influência na Escola de Educação Física do Exército**

Há uma estreita relação entre o surgimento dos estados nacionais, a criação de exércitos nacionais e o desenvolvimento da educação física. A ideia subjacente sempre foi a de que a ginástica poderia afetar positivamente o Estado-Nação.

Na França, em 1852 foi fundado o instituto de ginástica do Exército na Escola de Joinville-le-Pont, próxima a Paris. Posteriormente, o choque da derrota na guerra de 1870 contra a Prússia gerou um grande interesse pela educação física com o propósito expresso de preparar os cidadãos para a guerra. Várias leis exigindo ginástica no currículo escolar foram adotadas e graduados de Joinville-le-Pont ingressaram nas escolas civis como professores de ginástica (Spivak, 1985). Durante toda a segunda metade do século XIX, a chamada "corrente francesa" de educação física foi dominada pelos militares e caracterizada justamente por seu marcante "espírito militar", inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios.

Segundo Spivak (1985), o *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires* foi resultado dos trabalhos de uma comissão interministerial criada em 1904 para tratar da unificação dos métodos de ginástica na França, em seguida difundido por todo o país. Em 1919, após a experiência advinda da Primeira Guerra Mundial, esse manual recebeu um complemento que era, na verdade, uma obra inteiramente nova, com o título *Projet de règlement général d'èducation physique*, publicado em 1921 sob o patrocínio do Ministério da Guerra. Em 1927, este foi substituído pelo *Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)*, reimpresso em caráter definitivo em 1932.

Segundo Cancella (2014), a introdução da educação física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada à experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França.

Historicamente, as primeiras evidências da influência estrangeira surgiram na Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1910 (CANCELLA, 2014) e nos quartéis da Capital Federal (Rio de Janeiro na época), fruto das Missões Alemãs e Francesas. A última, influenciando diretamente a origem das Escolas de Formação de pessoal militar em Educação Física, surgindo inicialmente na Marinha do Brasil (MB), em 1925, e posteriormente no Exército Brasileiro (EB), em 1929. Todas essas ações possuíam praticamente o mesmo objetivo, a difusão por toda extensão do território nacional da cultura do "corpo são"

junto ao povo brasileiro, com o intuito de preparar a juventude para uma vida saudável, bem treinada e preparada para as necessidades das Forças Públicas à época. Percebe-se, ademais, que o EB sofreu influência da missão francesa para sua reorganização de cultura física, apresentando sucesso com esta vertente (COUTINHO, 2016).

No Brasil, já em 1921 foi aprovado o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado ao Exército e calcado no *Projet* francês, por influência direta da Missão Militar Francesa, recentemente chegada ao Brasil.

Com informações do site da EsEFEx, em 1923 foi criado o Centro Militar de Educação Física, em 1931, que durante o governo Vargas passou a chamar-se Escola de Educação Física do Exército e atualmente integra o Centro de Capacitação Física do Exército. O Centro era destinado a “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas”. A portaria estabelecia que: “O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física e indicados pelo Estado-Maior do Exército”.

De acordo com Marinho (1980), por estarmos vivendo uma mudança forte de Governo no período de 1929, destaca-se a figura de Getúlio Vargas, que buscava uma política centralizadora e intervencionista onde figurava a ideia da colaboração nacional em prol do desenvolvimento da Pátria, a Escola de Sargentos de Infantaria, que mais tarde se tornaria a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), tornou-se o processo de formação de professores na EF nacional. Por solicitação do Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, foi autorizado a matricula de 20 (vinte) professores públicos do DF na primeira turma de diplomados em Educação Física no Brasil. Em 1930, o Ministério da Guerra promoveu uma reestruturação no Centro Militar de Educação Física, ligando-o, didática e diretamente, ao Estado-Maior do Exército, e, administrativamente, ao próprio Ministério da Guerra. Nesta mesma data, também foi transferido o Centro Militar para a Fortaleza de São João, na Urca (MARINHO, 1980).

Em 1931, o Centro Militar passou a ser um estabelecimento de maior importância e relevância dentro do Exército. Pouco depois, foi substituído pela Escola de Educação Física do Exército, criada, inicialmente, para formar instrutores, monitores, mestre de armas, monitores de esgrima e médicos especializados em

medicina desportiva, sendo aos civis também permitido tomarem parte dos cursos (MARINHO, 1980).

Ainda segundo Marinho, (1980), o caminho percorrido pelo EB na qualificação do seu ensino, que culminou com o ensino regular de professores de educação física que mais tarde, ministrariam aulas nos bancos acadêmicos da recém-criada escola nacional de educação física, hoje Escola de Educação Física e Desportes (EEFD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

5 CONTRIBUIÇÃO DA MMF À EVOLUÇÃO DA DMT

A MMF, ao longo dos vinte anos de vigência do contrato, elaborou, sob a supervisão do EME, regulamentos e manuais que sistematizaram, à luz dos ensinamentos adquiridos na Guerra Franco-Prussiana e na 1ª Guerra Mundial, normas de comportamento para as atividades do Exército Brasileiro, manuais técnicos e táticos.

A doutrina militar francesa, no período entre guerras, fundamentou-se na ação defensiva, haja visto o sucesso alcançado na 1ª Guerra Mundial. Dessa maneira, a estratégia defensiva embasou toda a doutrina de guerra e militar da França, naquele período e, em consequência da MMF, a doutrina militar brasileira tomou a mesma forma. O próprio Marechal Castello Branco dizia em 1968:

> "(...) a doutrina estabelecia a concepção de uma guerra estática, caracterizada por uma frente fixa, contínua, ao longo da fronteira, destinada a esperar o alemão invasor, sem mesmo cuidar de ir ao encontro do inimigo. Até a aviação seria empregada para interceptar e não para atacar."

Essa doutrina francesa ficou caracterizada na Europa com a construção da Linha Maginot. Com o início da 2ª Guerra Mundial, essa doutrina defensiva foi questionada e muitos estrategistas a culparam pelas derrotas francesas sofridas contra o avanço alemão. Aqui no Brasil, essa doutrina defensiva foi bastante explorada nas escolas até meados da década de 40, ou seja, mesmo após o fim da MMF no Brasil. A doutrina militar norte-americana implantada no Brasil após a 2ª Guerra Mundial, somado às experiências da FEB nos campos de batalha da Itália, contribuíram para a inserção de uma doutrina mais ofensiva, sendo as operações

defensivas consideradas na doutrina militar brasileira como uma atitude temporária (BRASIL, 2014).

Outro traço característico da doutrina militar francesa passado para a doutrina militar do Brasil, com marcas até os dias atuais, é o moral como uma das principais forças que movem um exército no campo de batalha. Segundo Marmont (2012), integrante do Exército da França, são necessárias três coisas para dar valor a tropa: "amor à ordem, hábito de obediência e a confiança em si mesmo e nos outros. Essas são sob o aspecto moral, as bases fundamentais de qualquer exército".

Foram inseridos na DMT novos conceitos doutrinários, novos regulamentos das armas, adquiridos novos equipamentos e aeronaves franceses, contribuindo para uma efetiva implantação da aviação no Exército com a criação da Escola de Aviação (1919). Foram introduzidos os blindados no Brasil e criada a Companhia de Carros de Assalto (1921).

FIGURA 5 – Companhia de Carros de Assalto no ano de 1921.
Fonte: Pedrosa, 2019.

Além disso, o Exército teve sua estrutura modernizada e foram criados novos conceitos doutrinários. O ensino militar foi ampliado e realizadas manobras militares.

Muitos novos manuais foram criados, transformando a DMT profundamente. Dentre alguns manuais criados em 20 anos de MMF, podem ser citados:

- N.1 Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército (RISG);

- N.2 Regulamento de Continências, Sinais de Respeito, Honras e Cerimonial Militar para o Exército e a Armada (R Cont);

- N.3 Regulamento para Administração dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares (RAE);

- N.4 Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

- N.5 Regulamento para os Exercícios e o Combate da Infantaria (RECI).

- N.6 Regulamento de Tiro de Armas Portáteis (RTAP);

- N.7 Regulamento de Instrução Físico Militar;

- N.9 Regulamento para os Exercícios e o Combate da Cavalaria;

- N.11 Regulamento de Pontes de Equipagem;

- N.12 Regulamento de Equitação.

- N. 13 Regulamento para os Exercícios, o Emprego e o Tiro da Artilharia;

- N.14 Regulamento para os Exercícios e o Combate da Aviação;

- N.17 Regulamento para o Rancho da Tropa;

- N.18 Regulamento do Serviço Militar;

- N.19 Regulamento para o Serviço em Campanha;

- N.34 Regulamento para o Serviço de Veterinária em Tempo de Paz;

- N.79 Regulamento para a Instrução dos Quadros e da Tropa (RIQT);

- N.80 Regulamento para a Organização do Terreno;

- N.82 Regulamento para Inspeções, Revistas e Desfiles; e

- N.101 Regulamento para os Exercícios e o Emprego da Engenharia.

O Regulamento para os Exercícios e o Combate da Infantaria (RECI), por exemplo, criava uma doutrina para o Regimento de Infantaria. Cada RI era composto por 03 Batalhões e 01 Cia Mtr pesadas. As táticas baseavam-se na “utilização intensiva do armamento”. Foram criados os Grupos de Combate (GC), utilizados na infantaria brasileira até os dias atuais. Houve a disseminação das armas automáticas até o nível da pequena fração, fruto dos ensinamentos da 1ª Guerra Mundial. Houve a introdução dos “petrecho de acompanhamento” e granadas de mão e de fuzil (PEDROSA, 2019).

FIGURA 6 – Manual para a Infantaria produzido pela MMF no Brasil.
Fonte: Pedrosa, 2019.

Havia uma grande preocupação com a instrução dos quadros permanentes do Exército, refletindo na especialização das funções dos soldados (fuzileiros, atiradores de metralhadora, mensageiros, telefonistas, condutores, cozinheiros etc).

Segundo o General Leitão de Carvalho, “o método francês abriu definitivamente à inteligência dos nossos oficiais uma concepção realista”. Isso foi constatado porque a MMF tinha introduzido o método cartesiano para a solução de problemas militares. Houve a substituição do raciocínio científico, consagrado no ensino militar até aquela época, pelo raciocínio tático, “que conduz às variantes do possível, raramente ao provável e nunca ao que o inimigo certamente fará” (Leitão de Carvalho).

Outra contribuição significativa da MMF para a evolução da DMT foi a introdução dos fatores da decisão: missão, terreno, inimigo e meios. Além da realização de exercícios na carta e no terreno, com trabalhos em Estado-Maior e idas ao campo. Até os dias atuais, a ECEME e a EsAO primam pela necessidade do estudo em grupo.

FIGURA 7 – exercício no terreno realizado pela EsAO e coordenado pela MMF no Brasil.
Fonte: Pedrosa, 2019.

6 CONCLUSÃO

A Missão Militar Francesa (MMF) fez parte do projeto de modernização da Força Terrestre, tanto no âmbito cultural quanto no da defesa, a qual completou 100 anos de sua criação no corrente ano.

Em síntese, a MMF contribuiu de maneira significativa para a evolução da Doutrina Militar Terrestre do Brasil. Desde então, o Exército Brasileiro prosseguiu evoluindo constantemente e, atualmente, tem desenvolvido o processo de Transformação, cuja origem foi o diagnóstico de que o Exército não dispõe de capacidades compatíveis com a rápida evolução da estatura político estratégica do Brasil, que caminha, rapidamente, para ocupar a condição de potência mundial. Assim como no início do século XX, percebeu-se que a modernização da Força Terrestre era incipiente e que a atual conjuntura demandava um processo bem mais amplo de mudança: a Transformação (BRASIL, 2010).

A MMF contribuiu para a inserção do Exército Brasileiro na Era Industrial, ao criar as tropas blindadas, a aviação militar e o largo emprego de armamentos individual e coletivo (BRASIL, 2010).

Conclui-se que a MMF cooperou com a evolução da DMT principalmente através da criação de manuais militares e das instruções militares nas escolas, principalmente na EsAO e na ECEME. Com a MMF foi possível criar uma "cultura institucional", dando consistência à atividade de preparo e emprego, acentuando a profissionalização dos quadros, elevando os níveis de motivação (ACÁCIO, 1991).

O processo de modernização contribuiu para o aprimoramento de estruturas organizacionais para que incorporem capacidades, técnicas e equipamentos, a fim de melhorarem seu desempenho dentro de conceitos já estabelecidos.

Sendo assim, a MMF de 1920 a 1940 teve um papel de modernização do Exército Brasileiro e, com este trabalho, será possível identificar seu papel no atual processo de transformação pelo que passa a Força.

Houve muito esforço pela modernização e profissionalização da Instituição. Estabelecimento de uma doutrina bem concebida e coerente sob a Missão Militar Francesa. Sua grande obra foi a construção de um sistema de ensino completo e modelar, que permanece até os dias de hoje.

Por fim, houve um impacto duradouro da Missão Militar Francesa na evolução da DMT do Brasil. A absorção da doutrina norte-americana na II GM só foi possível porque o EB contava com uma oficialidade treinada em padrões elevados.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, Horácio Augusto. **Influências estrangeiras marcantes na formação e doutrina do Exército Brasileiro, do descobrimento aos dias atuais**. 1991. 49 f. Monografia (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1991.

ÁVILA, ERIK BUENO DE. **O surgimento da educação física no meio militar:** Um estudo comparativo entre a Marinha e o Exército Brasileiro. Artigo científico, 2016.

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A missão militar francesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

BAUDOÜIN. Os cursos da E.E.M. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 199, p. 604 -608, jul. 1930.

BELLINTANI, Adriana Iopp. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)** Tese (Doutorado em História Soc). Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

BLAY, Jean-Pierre. **A missão militar francesa e sua influência na formação intelectual e tecnológica das elites militares brasileiras.** Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 80, p. 82-90, 1994.

BRASIL. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **EB20-MF-10.101**: O Exército Brasileiro. 1. ed. Brasília: [s.n.], 2014c.

_____. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **EB20-MF-10.102**: Doutrina Militar Terrestre. 1.ed.Brasília:[s.n.], 2014d.

_____. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **O Processo de Transformação do Exército**. 3.ed.Brasília:[s.n.], 2010.

_____. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **MD35-G-01:** Glossário das Forças Armadas – 5ª Ed. 2015.

BOITEUX, Nylson Reis. **100 anos da missão militar francesa no Brasil**. 2019. www.correiodoestado.com.br/opiniao/nylson-reis-boiteaux-100-anos-da-missão-militar-francesa-no-Brasil/349783, acesso em 27 de março de 2019.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962.

COUTINHO, MÁRIO HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA. **A influência da missão militar francesa na EsAO.** Artigo Científico. EsAO. 2016.

BRASIL. DEFESA. MINISTÉRIO DA. **MD51-M-04**: Doutrina Militar de Defesa. 2.ed.Brasília:[s.n.], 2007.

GAMELIN, Maurice Gustave. **A tarefa da missão francesa: a revisão dos nossos regulamentos militares: a harmonia de vistas da missão com o nosso Estado-Maior**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 80, p.262 – 263, mar. 1920.

MAC CANN, Frank D. **Influência estrangeira no Exército Brasileiro.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 717, 1985.

MATTOS, João Baptista de. **Os Ensinamentos Franceses no Exército Brasileiro**. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2º semestre de 1968, Vol XLIII, Estado da Guanabara. 1968.

PIRES, Carlos Frederico de Azevedo. **A contribuição da Missão Militar Francesa para a evolução militar do Exército Brasileiro**. 2012. Monografia (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Nilton Moreira. **A história, o chefe e a doutrina militar.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 690, p. 42-45. jul./ago. 1980.

TAVARES, Aurélio de Lyra Tavares. **Brasil França ao longo de 5 séculos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

TEIXEIRA, Paulo Bolivar. **Discurso de encerramento das aulas da EEM**. A Defesa Nacional,Rio de Janeiro, n. 217, p. 8-9, jan. 1932.